

ENTREVISTA

# Reflexões sobre o papel social de um jornalismo em transformação

Uma entrevista com Tim Vos

Hendryo André<sup>1</sup>

Marcelo Engel Bronosky<sup>2</sup>

David Candido dos Santos<sup>3</sup>

## Resumo

O jornalismo enfrenta um hiato entre os discursos legitimadores dos profissionais e suas rotinas diárias, refletindo conflitos entre capital econômico e cultural. Tim Vos, renomado pesquisador da Michigan State University e membro da *Worlds of Journalism Study* (WJS), discute essa questão em entrevista à *Revista Pauta Geral*. Entre outros tópicos, o professor relaciona a recuperação da confiança no jornalismo ao afastamento do modelo comercial e elogia a crescente influência acadêmica no setor. Ele também explora os ecossistemas midiáticos dos Estados Unidos e Brasil, com ênfase para a polarização política e os impactos das plataformas digitais.

Palavras-chave: Jornalismo. Papel social. Tim Vos.

## Reflections on the social role of a changing journalism: An interview with Tim Vos

### Abstract

Journalism faces a gap between the legitimizing discourses of professionals and their daily practices, reflecting conflicts between economic and cultural capital. Tim Vos, a distinguished researcher at Michigan State University and a member of the *Worlds of Journalism Study* (WJS), addresses this issue in an interview with *Revista Pauta Geral*. Among other topics, Vos connects the restoration of trust in journalism to a move away from commercial models and commends the growing academic influence in the field. He also examines the media ecosystems of the United States and Brazil, with a focus on political polarization and the impacts of digital platforms.

Keywords: Journalism. Social role. Tim Vos.

<sup>1</sup> Doutor em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista de pós-doutorado (PNPD/Capes) do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde atua como professor colaborador e editor adjunto da Revista Pauta Geral. E-mail: [hendryoandre@gmail.com](mailto:hendryoandre@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e do Departamento de Jornalismo da UEPG. É editor da Revista Pauta Geral. E-mail: [mebrono@gmail.com](mailto:mebrono@gmail.com).

<sup>3</sup> Mestrando Bolsista Capes do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: [davidcandidods@gmail.com](mailto:davidcandidods@gmail.com).

## Apresentação

Em um campo que passa por transformações estruturais como o jornalismo, no qual determinados valores institucionais circulam socialmente, muitas vezes, de maneira romantizada, problematizar as tensões entre as expectativas criadas pelos profissionais para a carreira e a realidade concreta que esses mesmos atores enfrentam no dia a dia é um objeto vasto para pesquisas científicas. Para além das potenciais frustrações com a ocupação, o hiato entre uma visão normativa da área e sua manifestação enquanto prática cotidiana revela a capacidade de adaptação e organicidade dessa atividade frente a diferentes contextos econômicos, históricos e culturais, do Norte ao Sul Global, das democracias liberais às sociedades autocráticas.

Imerso nessas e noutras questões, o renomado pesquisador norte-americano Tim Vos, professor da Faculdade de Artes e Ciências da Comunicação, da Michigan State University e membro da *Worlds of Journalism Study* (WJS), uma organização da sociedade civil que busca apoiar investigações acadêmicas que se debrucem sobre o estado do jornalismo em diferentes países, volta-se nesta entrevista à **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo**, a refletir sobre o papel social do ofício na contemporaneidade. Em meio a um contexto de crescentes exigências no mundo do trabalho, o pesquisador enfatiza que os próprios profissionais utilizam um discurso legitimador sobre o valor social da atividade mesmo que isso não coincida com suas rotinas produtivas. “Penso que seria fácil chegar à conclusão de que os discursos dos jornalistas sobre os seus papéis sociais são em grande parte performativos”, diz o pesquisador antes de afirmar que “esta é uma abordagem indevidamente cínica”. Para ele, entre muitos aspectos, essa forma de agir parece ser um dos contrapesos que ainda equilibram os conflitos entre capital econômico e capital cultural – ou jornalístico –, algo que, na opinião dele, deveria ser creditado à formação universitária. Sem qualquer intenção de vaticinar o futuro, o entrevistado aposta que a recuperação da confiança no jornalismo passa pelo afastamento do modelo comercial.

Embora cético em relação às ações tomadas até o momento para o enfrentamento ao fenômeno da desinformação, como os projetos que visam regulamentar as plataformas digitais, Tim Vos celebra o fato de que “algumas das vozes mais influentes para a mudança do jornalismo vêm agora de dentro da academia”. O argumento o instiga, inclusive, a apontar a necessidade do desenvolvimento de algumas agendas coletivas de investigação, que trabalhem com temas caros às mais diversas sociedades.

Além disso, outros temas tangenciam a entrevista. Restrições institucionais, como as que ocorrem com jornalistas forçadamente exilados, como muitos profissionais sírios, e os desafios para o fortalecimento de iniciativas informativas em âmbito local são alguns deles. No último caso, aliás, Tim Vos estabelece diferenças políticas e econômicas que fazem com que a ideia de “deserto de notícias” esteja relativamente longe da realidade norte-americana. Se o extenso território geográfico, apontado pelo entrevistado como um dos fatores de descentralização midiática naquele país, é uma característica coincidente com o Brasil, por outro lado, o forte mercado econômico e, especialmente, o alto grau de autonomia dos governos em âmbito estadual são fatores que divergem da realidade brasileira. Por outro lado, isso não significa que o ecossistema de mídia estadunidense não sofra com questões ligadas ao imperativo das plataformas digitais. A polarização das identidades políticas, à direita e à esquerda no espectro político, conforme o pesquisador frisa, é um fator de atenção para quem busca compreender desafios ao jornalismo contemporâneo. Confira.

323

**Ao se debruçar sobre os papéis sociais do jornalismo, você argumenta que existe uma lacuna entre aquilo que a profissão se compromete normativamente e aquilo que os jornalistas efetivamente oferecem ao público. Dado que os papéis sociais do jornalismo nas democracias têm um peso histórico e considerando as diversas realidades políticas, culturais e econômicas, há um debate permanente sobre as disparidades entre o que é conhecido como o Norte Global e o Sul Global. Neste contexto, parece razoável pensar que há funções centrais no jornalismo que têm uma certa universalidade. Em países como os Estados Unidos e o Brasil, ambos recentemente sob o governo de presidentes de extrema-direita, qual destas funções tem enfrentado mais escrutínio e desafios? Como é que estas diferenças afetam os papéis do jornalismo nestes cenários políticos específicos?**

Os últimos dados completos de que dispomos do *Worlds of Journalism Study* (WJS) mostraram, de fato, que existem funções jornalísticas fundamentais que recebem um amplo apoio do Norte Global e do Sul Global. Estas incluem compromissos com noções de jornalismo monitorial e intervencionista. No entanto, gostaria de advertir — como membro do projeto WJS — que estas são orientações amplas e que as funções reais, tal como

concebidas e praticadas pelos jornalistas na linha da frente do trabalho noticioso diário, têm mais nuances e elasticidade do que as captadas nos inquéritos do WJS. Quando entrevistamos jornalistas sobre os seus papéis e sobre a forma como essas concepções de papéis se manifestam — ou não — no seu trabalho, verificamos que os jornalistas são bastante adaptáveis aos contextos (Raemy; Vos, 2021).

Portanto, há muito para desvendar aqui. Em primeiro lugar, penso que é importante que sejamos claros sobre o que queremos dizer com os papéis sociais do jornalismo. Tenho a tendência para usar o termo “papel” quando me refiro à construção êmica e discursiva dos jornalistas sobre o que consideram ser as suas obrigações normativas para com a sociedade. Uso “orientação para o papel” para me referir à abordagem ética, em que os investigadores agrupam um conjunto de papéis conceitualmente relacionados sob um rótulo mais amplo. Os jornalistas dizem que são *cães de guarda*, *espelhos*, *curadores*, etc. Estes são rótulos êmicos. Os jornalistas não usam termos como *disseminador* ou *colaborador*, etc. — estes são rótulos éticos. Assim, quando dizemos que os jornalistas do Norte e do Sul Global partilham certas orientações de papéis, devemos estar conscientes de que as concepções reais de papéis podem ainda variar de lugar para lugar e talvez de organização de notícias para organização de notícias e de indivíduo para indivíduo.

Quais os papéis jornalísticos que enfrentaram maior escrutínio em locais como o Brasil e os Estados Unidos é uma questão empírica de que não disponho de um conjunto de dados suficientemente completos para responder, mas penso que há pistas que os investigadores podem analisar.

Os movimentos autoritários — de extrema-direita ou outros — há muito que consideram os jornalistas que desempenham funções analítico-deliberativas, crítico-monitoriais e defensivas-radicais como forças antagônicas (Farkas; Schou, 2024; McNair, 2006). Estas orientações de papel foram formadas no contexto de normas democráticas — normas que colidem com objetivos autoritários (Vos, 2016). Enquanto os jornalistas pretenderem ser fontes autorizadas da verdade, empenhados em capacitar os cidadãos com conhecimentos sobre o desempenho e a idoneidade dos detentores do poder, os detentores do poder autoritário procurarão minar o jornalismo.

Dito isso, acho que precisamos de uma agenda de pesquisa coletiva que se concentre em como a pressão é aplicada aos jornalistas em democracias como os Estados Unidos e o Brasil, onde os movimentos de extrema direita são ativos. Frank Russell e eu (2019) usamos uma estrutura teórica para identificar como as pressões podem ser

regulatórias, normativas e cognitivas e que os atores podem empregar incentivos que usam meios coercitivos, morais ou remuneratórios para atingir seus objetivos. Assim, quais são as instâncias reais deste tipo de pressão nos dois países e qual a sua eficácia? Como defendemos, os jornalistas dispõem de mecanismos para resistir às pressões — publicidade, normas e procedimentos. Mas como é que esses mecanismos têm funcionado?

Nos Estados Unidos, houve o caso amplamente estudado de organizações de notícias que coordenaram uma campanha editorial (publicidade) para desafiar o rótulo do então presidente Donald Trump de jornalistas como “inimigos do povo” e “notícias falsas” (Carlson; Robinson; Lewis, 2021a; Koliska; Chadha, 2023; Lawrence; Moon, 2021; Moon; Lawrence, 2023) — uma forma de pressão cognitiva usando principalmente meios morais (principalmente indignação moral). Mas podemos ver, em casos como este, que a resistência dos jornalistas é moderada pelas suas próprias normas — tentando eles próprios evitar ser um ator partidário — e consciente da sua própria fragilidade econômica num sistema de mercado em que jogar no meio-termo político era visto como uma necessidade financeira. Mais uma vez, precisamos de mais investigação neste domínio — para além dos poucos casos de grande visibilidade.

325

**De forma semelhante aos Estados Unidos, o Brasil tem assistido a um aumento dos ataques contra jornalistas nos últimos anos. Como podemos enfatizar a importância do jornalismo e dos jornalistas sem sucumbir ao dilema relativo aos papéis sociais explorados no seu trabalho? (Nomeadamente, as disparidades entre o que o jornalismo se compromete normativamente e o que os jornalistas realmente entregam ao público).**

É importante observar que os jornalistas, de fato, muitas vezes praticam o tipo de jornalismo que almejam. Entretanto, é compreensível que as descobertas que mostram uma lacuna entre ideais e práticas tenham recebido muita atenção. Mas precisamos ser francos, pois as razões para essas lacunas têm sido pouco exploradas e pouco teorizadas. A notável constatação de que os jornalistas valorizam formas de jornalismo investigativo e de vigilância, mas que vemos poucas evidências disso em seu trabalho (Tandoc; Hellmueller; Vos, 2013), tem sido motivo de muita especulação. Acho que seria fácil chegar à conclusão de que os discursos dos jornalistas sobre seus papéis sociais são em grande

parte performativos, ou seja, os jornalistas empregam um discurso legitimador sobre o valor social do jornalismo para a sociedade democrática, mas a realidade é mais mundana. Na verdade, trata-se apenas de cobertura de eventos, ou mais voltada para o jornalismo esportivo e de estilo de vida.

Acho que essa é uma visão excessivamente cínica. Parte do que Patric Raemy e eu (2021) descobrimos com jornalistas suíços é que a lacuna é, em parte, um artefato de como estudamos a questão. Os jornalistas afirmam que, coletivamente, valorizam o jornalismo de vigilância e sentem que suas organizações precisam desafiar os detentores do poder político e social, mas suas atribuições específicas em um determinado dia podem estar voltadas para outras funções jornalísticas, como a de divulgador, contador de histórias ou guia. Enquanto isso, os jornalistas suíços também argumentaram que estavam sempre sendo vigilantes, mas que esse trabalho nem sempre se manifestava no conteúdo das notícias. Ao fazer perguntas críticas e manter uma postura crítica, os atores poderosos são mantidos na linha e, portanto, não há notícias sobre corrupção para publicar. Portanto, isso pode parecer uma lacuna, mas é uma lacuna entre a concepção do papel e o conteúdo das notícias, não necessariamente uma lacuna entre a concepção do papel e o desempenho do papel.

Portanto, eu disse “parcialmente” um artefato metodológico. A outra explicação principal é que os jornalistas enfrentam uma série de barreiras estruturais para realizar seu trabalho. Para alguém que estudou e teorizou os processos de gatekeeping (Shoemaker; Vos, 2009; Vos, 2019b), isso não é nenhuma surpresa. De fato, o que Frank Russell e eu (2019) argumentamos é que uma série de restrições institucionais são empilhadas contra os jornalistas — muitas vezes de propósito — para impedir que os jornalistas façam seu trabalho da maneira que desejam. Essas restrições podem vir de instituições com muito ou pouco poder, mas até mesmo formas modestas de poder podem alterar as notícias.

Quero usar jornalistas exilados como exemplo — um fenômeno mais proeminente no Sul Global do que no Norte e, acredito, particularmente relevante para a sua pergunta. Não creio que se possa duvidar do forte senso de missão que impulsiona o trabalho de muitos jornalistas exilados (Badran; Smets, 2021). Mas alguns desses jornalistas admitem prontamente que o exílio limita sua capacidade de cumprir seus papéis sociais jornalísticos (Frère, 2017). De fato, alguns jornalistas são enviados para o exílio exatamente por esse motivo. O melhor jornalismo geralmente vem do fato de estar profundamente inserido em um local e próximo a fontes importantes (Vos; Hanusch, 2024), e, portanto, as instituições

com o poder de deslocar os jornalistas o fazem para limitar o desempenho de sua função, ou seja, para impedi-los de ser totalmente um cão de guarda.

Ao mesmo tempo, porém, há evidências de que os jornalistas exilados formam concepções de seu papel que são exclusivas de suas circunstâncias (Porlezza; Arafat, 2022). Os autores documentam como os jornalistas exilados da Síria desempenham algo semelhante a um papel de cão de guarda — o que eles chamam de “papel de vigilância”, por meio do qual eles “monitoram e documentam violações cometidas pelas forças do regime, facções armadas da oposição e tropas militares estrangeiras contra jornalistas e defensores dos direitos humanos em zonas de conflito e responsabilizam os poderes” (Porlezza; Arafat, 2022, p. 1884) — que é adaptado ao seu deslocamento atual. Eles também apontam como outros papéis tradicionais assumem uma nova forma, como um papel de educador que se torna um papel de treinador. A questão é que os jornalistas negociam mudanças em suas concepções de função para alinhá-las às suas práticas de função — práticas que são afetadas por outras instituições com o poder de afetar suas condições de trabalho (Hanitzsch; Vos, 2017).

Permita-me voltar à minha resposta original: os jornalistas geralmente conseguem fazer o tipo de jornalismo que desejam. Em alguns casos, essa é uma conquista bastante simples, pois há pouca resistência; em outros casos, exige convicção e coragem. Quando o poder coercitivo é usado nos Estados Unidos, geralmente em interações pontuais com jornalistas, ele tem um efeito assustador. Porém, os jornalistas têm se mantido firmes — mesmo em circunstâncias muito mais coercitivas (González de Bustamante; Relly, 2021; Karaliova, 2020; Şahin, 2022) — por causa de seus fortes compromissos institucionais. Para um número não pequeno de jornalistas, o jornalismo não é jornalismo se não for crítico em relação aos que estão no poder. Seria inimaginável não desempenhar suas funções jornalísticas.

**A mídia corporativa americana tem sido um modelo adotado por vários países, inclusive o Brasil. Entretanto, ao contrário do que ocorre aqui — onde trabalhamos com o conceito de “desertos de notícias”, referindo-se a cidades pequenas que não possuem veículos jornalísticos locais/regionais — o sistema americano é relativamente descentralizado. Que características da cobertura regional e global na**

### **prática jornalística nos Estados Unidos contribuem para essa descentralização? Há realmente espaço para veículos de mídia locais ou comunitários?**

A descentralização provavelmente deve sua longa história nos Estados Unidos a alguns processos dependentes do caminho. A vasta geografia, a relativa autonomia dos governos estaduais na história dos Estados Unidos e os mercados econômicos — para citar alguns fatores — criaram um sistema de mídia que era difícil de mudar fundamentalmente. As mudanças tecnológicas — primeiro o rádio, depois a televisão, o cabo e o satélite, depois as redes digitalizadas — empurraram e puxaram o jornalismo em várias direções desde então, mas o modelo anterior demorou a ceder terreno. O resultado é um sistema híbrido em que os veículos de notícias nacionais se desenvolveram por meio de tecnologias de transmissão e, em seguida, da internet, com os jornais ainda, em sua maioria, presos ao local. Portanto, o jornalismo ainda é amplamente descentralizado, mas as forças de centralização ganharam muito terreno nos últimos anos.

Logo, estamos em um momento constitutivo no qual os incentivos econômicos mais antigos estão sendo dramaticamente reformulados. Os mercados comerciais locais que sustentavam os jornais foram prejudicados e, por isso, esses jornais estão fechando cada vez mais. Acontece que os mercados de publicidade têm várias maneiras de alcançar os clientes na era digital, e a maioria dessas maneiras é melhor do que a oferecida pelos jornais. Em conjunto com isso, a polarização das identidades políticas tem levado o público a veículos partidários, que são em sua maioria nacionais — apenas às vezes locais e regionais — porque é onde existem economias de escala e onde as pessoas podem ter suas identidades políticas validadas (Wenzel, 2020).

Muitas pessoas ainda querem notícias locais, mas essas outras forças estão trabalhando contra os veículos de notícias locais (Gulyas; Jenkins; Bergström, 2023). Algumas *startups* de notícias digitais locais e regionais foram razoavelmente bem-sucedidas, mas os modelos de financiamento ainda são relativamente instáveis. E as operações de noticiários televisivos locais continuam a se manter. Mas acho que estamos começando a atingir os limites lógicos do jornalismo local apoiado comercialmente. Acho que o trabalho de Victor Pickard (2020, 2015) é bastante convincente nesse ponto. Em um artigo recente, Timothy Neff e Pickard (2023) apontam para evidências consideráveis de que os desertos de notícias são muito menos problemáticos em sistemas de mídia com uma forte tradição de mídia pública. A democracia precisa de notícias, portanto, talvez o financiamento democrático do jornalismo seja uma necessidade. Mesmo assim, espero que

a mudança nessa direção nos Estados Unidos seja muito lenta. Os atores políticos autoritários têm todos os incentivos para bloquear os recursos públicos e coletivos destinados ao jornalismo.

**Você argumenta que os princípios do jornalismo cidadão poderiam, em algum momento, dar lugar a discussões sobre engajamento. Na sua opinião, o jornalismo está caminhando para um realinhamento focado principalmente na busca de visualizações, curtidas e compartilhamentos, ou isso, de certa forma, sempre foi intrínseco à atividade, mas com uma configuração diferente?**

Até este ponto, falei sobre uma falha significativa no jornalismo ocidental, mas, na maior parte do tempo, evitei falar dela. Quando a democracia está sendo corroída em lugares como os Estados Unidos e o Brasil, é compreensível que defendamos o jornalismo como uma instituição democrática fundamental. Quando falamos sobre o papel do jornalismo e a autoridade e legitimidade do jornalismo, é claro que enfatizamos o histórico do jornalismo como uma força do bem ao desafiar atores não democráticos e antidemocráticos (Vos; Thomas, 2018). Para que qualquer instituição social seja vista como legítima, ela deve ancorar sua legitimidade em valores sociais amplamente compartilhados. A democracia tem sido o maior desses valores em várias partes do mundo ocidental (Vos, 2016).

Só que os discursos que promovem papéis jornalísticos democráticos nem sempre foram honestos com relação à lógica comercial do jornalismo. Quando olhamos para a história dos jornalistas que chegaram aos papéis normativos do jornalismo, vemos que eles o fizeram diante de interlocutores críticos que argumentavam que as decisões jornalísticas eram movidas por motivos de lucro. Teri Finneman e eu (2017) mostramos como os jornalistas construíram discursivamente um papel normativo de *gatekeeping* — posicionando o jornalismo como um serviço público — como uma resposta às acusações de que os julgamentos das notícias eram baseados no que vendia jornais.

Para que o jornalismo tenha sucesso em um sistema de mídia como o dos Estados Unidos, ele precisa ter sucesso no mercado. Entretanto, os incentivos comerciais do jornalismo são uma das principais fontes de desconfiança na mídia de notícias (Van Dalen, 2019). Como meus colegas e eu mostramos, os jornalistas tentaram fazer as duas coisas — eles começaram a abraçar a ideia de que é necessário comercializar as notícias nas

mídias sociais, mas tentaram argumentar que isso tem menos a ver com dinheiro e mais com a obrigação de obter informações importantes para o público (Tandoc Jr.; Vos, 2016; Vos; Thomas; Tandoc Jr., 2023). Não está claro se alguém além dos jornalistas acredita nesse discurso. Os dados de confiança sugerem que não.

Como Ryan Thomas e eu (2018) mostramos, os jornalistas argumentaram na virada do século XXI que eram legítimos porque ganhavam dinheiro. Enquanto isso, os quase-jornalistas, como os jornalistas cidadãos e os blogueiros, não ganhavam dinheiro e, portanto, eram ilegítimos. A suposição era de que o mercado recompensava o bom jornalismo. No entanto, esse argumento rapidamente saiu pela culatra quando o modelo econômico comercial para as formas tradicionais de jornalismo praticamente entrou em colapso. É claro que não posso prever o futuro, mas eu diria que a chave para recuperar a confiança é o jornalismo se afastar de um modelo comercial. Acredito que isso faria mais diferença do que qualquer número de esforços de engajamento por si só. Como Stephanie Craft e eu (2018) argumentamos, o engajamento precisa ser autêntico. As pessoas precisam acreditar que estão sendo realmente ouvidas, e que o relacionamento não é apenas extrativista, para que a confiança floresça.

330

**À medida que o trabalho jornalístico enfrenta uma precariedade crescente e a integração simultânea de novas tecnologias às rotinas produtivas, as “tipologias exaustivas dos papéis jornalísticos” parecem ampliar a divisão entre os compromissos do jornalismo e sua entrega real. Como você avalia esse contexto?**

Várias opções são possíveis. Algumas das funções normativas do jornalismo exigem recursos — jornalistas experientes, tempo e dinheiro. Organizações de notícias menores e muitos veículos de notícias antigos em sistemas de mídia comercial não dispõem desses três recursos. Os atalhos tecnológicos, usando o jornalismo robótico e a IA generativa, podem agora ser usados para produzir notícias com menos recursos, mas eles têm limites quando se trata de desempenhar orientações de função analítico-deliberativas, crítico-monitoriais e defensivas-radicais. Portanto, sim, a lacuna entre ideais e práticas pode de fato aumentar.

O jornalismo sempre foi resiliente. Porém, atualmente, os jornalistas enfrentam fortes ventos contrários. Uma das nossas maiores preocupações deve ser a precariedade enfrentada pelos jornalistas — e as crescentes demandas profissionais impostas a eles

tornam cada vez mais difícil o florescimento de algumas formas de jornalismo. Por exemplo, os jornalistas têm sido incentivados a desenvolver sua própria marca, mas isso os esgota e atrai atenção indesejada, especialmente para as mulheres jornalistas (Finneman; Thomas; Jenkins, 2019).

Outra opção é que os ideais normativos dos jornalistas mudem para se alinhar ao que eles podem realizar. Já mencionei alguns exemplos disso quando se trata de jornalistas exilados. Esses tipos de respostas adaptativas ocorrem em uma série de ambientes autoritários.

Pelo menos mais uma opção seria os jornalistas adotarem diferentes formas de prática jornalística que, por sua vez, vêm com um conjunto diferente de normas. Estou pensando em formas de jornalismo de estilo de vida, ou no que Thomas Hanitzsch e eu (2018) chamamos de jornalismo sobre a vida cotidiana, que pode ser importante e consequente para a formação da identidade dos indivíduos, por exemplo, mas está ancorado em ideais normativos de utilidade em vez de ideais sobre orientações de papéis críticos-monitoriais (Thomas, 2019).

Acho que é importante que os acadêmicos de jornalismo pesquisem essas condições mutáveis e o que elas significam para o desempenho e a orientação da atividade.

**Até aqui, exploramos os papéis sociais do jornalismo pelas lentes das diferenças geopolíticas, da precarização e da integração de tecnologias nos processos de produção. Como você avaliaria a qualidade do ensino de jornalismo no discurso em andamento sobre o papel social dos jornalistas? Ele ainda adere à institucionalização normativa? Existe uma divergência entre o ensino de jornalismo e os profissionais que entram no mercado de trabalho?**

Eu não tenho uma base empírica para avaliar a qualidade do ensino de jornalismo em um sentido geral. Vejo evidências anedóticas nos livros didáticos, mas não analisei sistematicamente como essas obras comunicaram o papel que o jornalismo desempenha na sociedade. Minha impressão é que o ensino de jornalismo ainda apresenta aos estudantes uma gama bastante restrita de funções jornalísticas, principalmente em torno de orientações analítico-deliberativas e crítico-monitoriais. Esses papéis são claramente importantes em sociedades democráticas, portanto, faz sentido impor essas obrigações aos estudantes de jornalismo.

Veja os argumentos de Pierre Bourdieu (1998, 2005) sobre as tensões entre o capital cultural e o capital econômico. Na verdade, é bastante surpreendente que o capital econômico não seja a primeira e última consideração dos veículos de notícias atualmente, dada a precariedade financeira do jornalismo. No entanto, a formação do capital cultural — ou capital jornalístico — é tão forte que continua sendo um contrapeso razoavelmente eficaz à lógica comercial. O ensino de jornalismo deve receber uma grande parte do crédito pela força desse capital jornalístico. Nos Estados Unidos, quando as escolas estavam sendo formadas, em grande parte por ordem das associações profissionais de jornalismo, essas associações deram às escolas o encargo de articular e defender o *ethos* profissional do jornalismo (Winfield, 2008). Em grande parte, elas se mantiveram fiéis a essa missão.

A desvantagem, no entanto, é que o ensino de jornalismo foi, por muito tempo, bastante acrítico em relação às deficiências de algumas formas de capital jornalístico, particularmente em sua defesa da objetividade jornalística, como mostrei em alguns de meus trabalhos (Vos, 2012), e em sua conceituação estreita da autonomia jornalística (Örnebring; Karlsson, 2022).

O lado positivo é que algumas das vozes mais influentes para a mudança no jornalismo estão agora vindo de dentro da academia. A virada do jornalismo para o envolvimento do público e da comunidade é um desenvolvimento positivo (Nelson, 2019) — foi um desenvolvimento que os educadores de jornalismo defenderam.

Enquanto isso, é preciso haver espaço para mais mudanças na forma como os docentes abordam os papéis sociais do jornalismo. Por muito tempo, as orientações de papéis radicais e defensivos e as orientações de papéis relacionados à vida cotidiana foram marginalizadas normativamente, a ponto de alguns argumentarem que esses papéis estavam fora dos limites do jornalismo. Essas funções representam uma grande parte do ecossistema do jornalismo atualmente, mas os educadores prestaram um desserviço à área ao não fornecerem diretrizes e fundamentos normativos convincentes para essas formas de jornalismo. Um pequeno número de acadêmicos de jornalismo (Christians *et al.*, 2009; Thomas, 2019) ofereceu fundamentos normativos bem fundamentados para essas funções, mas eles parecem ser ignorados nos livros didáticos de jornalismo, que, em vez disso, repetem os mesmos discursos antigos — embora importantes — sobre as funções de monitoramento.

**A Faculdade de Artes e Ciências da Comunicação da Universidade Estadual de Michigan existe há mais de um século, posicionando-se como uma das melhores e mais inovadoras escolas de jornalismo do mundo. Poderia apontar as principais mudanças e inovações no ensino de jornalismo na instituição?**

A Escola de Jornalismo está, na verdade, em um processo de revisão completa do currículo. Portanto, sugiro entrar em contato comigo em um ano ou mais, quando nosso corpo docente tiver chegado a um consenso sobre como queremos reinterpretar o ensino de jornalismo.

No entanto, darei um pequeno exemplo de um tema que queremos integrar em nosso currículo. Estamos tentando ensinar maneiras de fazer jornalismo que sejam menos extrativistas e mais engajadas com as comunidades sobre as quais fazemos reportagens. Quando os jornalistas colocam um microfone no rosto de alguém para obter apenas uma citação para uma matéria, isso geralmente significa que eles já decidiram qual é a sua matéria.

Vimos isso em primeira mão no ano passado em nosso próprio campus, e isso nos mostrou a necessidade de mudança. Em 13 de fevereiro de 2023, um homem armado entrou em dois prédios do campus e atirou aleatoriamente nos alunos. Três morreram e outros sofreram ferimentos que mudaram sua vida. Um aluno que morreu e outro que ficou paralisado estavam tendo aulas na Faculdade de Artes e Ciências da Comunicação. A mídia nacional invadiu o campus da Universidade Estadual de Michigan, câmeras filmaram durante um serviço memorial e estudantes enlutados foram parados na calçada para serem perguntados de como se sentiam. Muitos membros da comunidade do campus ficaram irritados com a intromissão dos *jornalistas paraquedistas*<sup>4</sup>.

O que mais estava faltando nesse caso e está faltando em muitos outros casos é a reciprocidade humana. Stephanie Craft e eu (2018) escrevemos sobre as normas que envolvem a escuta jornalística. O que ficou claro para mim com essa pesquisa é que os jornalistas têm uma visão muito limitada e unidimensional do ato de ouvir. Mesmo quando os jornalistas consideram o ato de ouvir como uma habilidade e uma ética importantes, eles o veem de forma limitada e instrumental. Os jornalistas veem o ouvir principalmente em

---

<sup>4</sup> N. do T.: O termo *parachute journalists* aqui traduzido como "jornalistas paraquedistas" tem origem no termo *parachute journalism* que significa, no inglês americano, a prática de colocar jornalistas em uma área para reportar uma história na qual o repórter tem pouco conhecimento ou experiência.

termos de uma função de monitoramento, de modo que não ouvir bem resulta em perder a história. Os estudos sobre o ato de ouvir, entretanto, têm uma visão muito diferente: ouvir tem a ver com abertura, com estar aberto para ver o mundo de uma maneira diferente. Essa lacuna pode muito bem ser uma fonte de desconfiança em relação à mídia de notícias.

Intimamente relacionada a essa falta de escuta está a falta de compreensão sobre a reação humana ao trauma. A maioria das profissões que lidam com trauma adaptaram as chamadas práticas informadas sobre trauma para não retraumatizar as pessoas em seus esforços de ajuda. Os jornalistas, é claro, lidam com todos os tipos de situações traumáticas, mas demoraram a se educar sobre práticas informadas sobre o trauma. Kevin Becker e Lori Shontz (2022) colocam isso sem rodeios: “Não foram desenvolvidas abordagens organizadas ou consistentes para ensinar jornalistas sobre os impactos do trauma em suas próprias vidas e nas vidas daqueles que são afetados pela tragédia”. Nossa meta na Escola de Jornalismo da Universidade Estadual de Michigan é desenvolver uma pedagogia informada sobre trauma para jornalistas.

Reconhecemos que os jornalistas também enfrentam obstáculos. Muitas vezes, os jornalistas estão sendo solicitados a fazer cada vez mais com menos tempo e menos recursos. Todavia, no mínimo, precisamos desenvolver competências para fazer um bom jornalismo. Idealmente, podemos ajudar a remodelar o capital jornalístico para que haja fortes diretrizes normativas para a escuta jornalística e a prática informada sobre o trauma.

**O advento das plataformas digitais dissolveu as distinções entre entretenimento, conteúdo patrocinado e conteúdo informativo/jornalístico. Os aspectos estéticos do jornalismo foram reaproveitados para vários fins e, atualmente, a profissão luta de forma desigual com outros tipos de conteúdo que se alinham com o imediatismo e a interatividade exigidos pela mídia social. Você poderia falar sobre como as disparidades entre o que o jornalismo se compromete institucionalmente e o que ele realmente oferece diariamente contribuem para o cenário da desinformação?**

Provavelmente estou indo em uma direção diferente da que você está me perguntando, mas peço que me dê licença. Parte dos problemas de confiança que o jornalismo enfrenta vem do fato de que o público julga o jornalismo com base no conteúdo que vê ou ouve dos veículos de notícias e não no que os jornalistas dizem sobre o valor do jornalismo para a sociedade. Assim, os jornalistas falam sobre o jornalismo como uma

característica necessária da autogovernança democrática, mas o que o público vê pode incluir conteúdo patrocinado, muitos e muitos anúncios, horóscopos ou — em alguns casos — sensacionalismo, sexismo e racismo velado. Os jornalistas esperam que o público de notícias saiba discernir entre conteúdo patrocinado e notícias reais ou entre notícias diretas e opinião ou entre publicações sérias e tabloides, e não está claro se o público faz essas distinções de forma confiável. Podemos criticar a falta de conhecimento sobre a mídia de notícias e culpar o público por não conseguir distinguir essas coisas, mas essa não é uma estratégia para ganhar confiança.

Acho que é importante que os atores jornalísticos ouçam como o público vivencia as notícias. Isso chega aos limites da minha área de especialização, mas o que descobri em um estudo com colegas (Vos; Eichholz; Karaliova, 2019) é que os jornalistas e o público geralmente valorizam os mesmos tipos de funções jornalísticas — embora algumas funções sejam mais ou menos valorizadas do que outras —, mas a questão é que o público analisa o desempenho da função de uma forma que os jornalistas não analisam.

Na mesma linha, em 2016, certos segmentos do público de notícias dos Estados Unidos criticaram fortemente o fato de os veículos de notícias darem tanto tempo de antena e espaço em colunas a Donald Trump e suas declarações bizarras. Os jornalistas racionalizaram a cobertura dizendo que esse é o papel do jornalismo: os eleitores precisam saber o que pensa e diz um importante candidato a presidente (Parks, 2019). Os valores tradicionais de notícia apontam para notícias fora do comum (Shoemaker; Cohen, 2006), portanto, os jornalistas — aos seus próprios olhos — estavam apenas fazendo um bom jornalismo. O público suspeitava de segundas intenções. Então, o CEO da CBS, uma importante rede nacional de televisão, veio a público e disse: “Trump poderia não ser bom para o país, mas era bom para a CBS” (Gutsche Jr., 2018). Os críticos consideraram esse fato como prova de que a cobertura não era motivada por ideais jornalísticos de alto nível, mas por considerações financeiras mais básicas.

Há algumas evidências de que os jornalistas respondem às críticas do público. A presidência de Trump fez com que os jornalistas fizessem coisas diferentes, como rotular mentiras, teorias da conspiração e outras informações errôneas e desinformações como tais (Carlson; Robinson; Lewis, 2021b). Ainda há a questão de saber se essa é uma estratégia eficaz ou se apenas dá oxigênio metafórico à desinformação (Martel; Rand, 2023; Oeldorf-Hirsch; Schmierbach; Appelman; Boyle, 2020).

**A regulamentação das plataformas digitais tem sido um tema amplamente debatido. No Brasil, o “Projeto de Lei das Fake News”, oficialmente denominado Projeto de Lei 2.630/20, propõe medidas para combater a desinformação e a disseminação de conteúdo falso em redes sociais e serviços de mensagens privadas. O projeto de lei gerou uma controvérsia significativa no Brasil, levando a um confronto direto entre legisladores religiosos conservadores e grandes empresas de tecnologia que exploraram a plataforma para contornar seus próprios termos de uso e propagar desinformação sobre o assunto. Nos Estados Unidos, o presidente Joe Biden assinou recentemente uma ordem executiva para regulamentar o uso da Inteligência Artificial. No entanto, apesar de fazer parte de discussões políticas, a regulamentação da mídia social parece estar progredindo em um ritmo tão lento quanto no Brasil. Você poderia contextualizar as medidas atualmente em discussão nos Estados Unidos que considera importantes para a proteção do jornalismo? Existe alguma iniciativa entre os próprios jornalistas com relação a essa questão?**

336

Aqueles que acompanham esse tópico mais de perto do que eu podem estar cientes dos esforços regulatórios confiáveis para lidar com a desinformação, mas não vi nenhuma das soluções apresentadas por acadêmicos e grupos de reflexão sobre políticas ganhando força em Washington, DC. A tradição dos Estados Unidos, é claro, é colocar o ônus sobre os indivíduos para que tomem suas próprias medidas para controlar seu ambiente de informações. Os gigantes da mídia social até financiaram algumas dessas iniciativas de alfabetização informacional. Estou pessimista em relação ao fato de que isso jamais será suficiente para conter o fluxo de desinformação, mesmo quando houver consequências de vida ou morte, como ocorreu durante a pandemia de Covid-19.

Também não prevejo nenhuma solução política dos Estados Unidos no horizonte para reduzir a desinformação. Os dois principais partidos políticos dos Estados Unidos controlam, cada um, partes dos ramos do governo do país e nunca confiariam em agências sob o controle do outro partido com o poder de rotular algumas informações como desinformação. A administração e a campanha presidencial de Trump se transformaram em uma importante fonte de desinformação, portanto, a confiança é muito baixa. Os legisladores republicanos fizeram questão de acusar os gigantes da tecnologia de trabalharem com os democratas para conter a desinformação, argumentando que as empresas de mídia social não devem “censurar” o discurso político. Portanto, estamos muito longe de soluções políticas.

Um dos poucos caminhos que restam nos Estados Unidos é a lei de difamação, mas ela só entra em ação quando a desinformação prejudica a reputação de uma pessoa ou entidade. O canal a cabo conservador *Fox News* foi levado ao tribunal por ampliar a desinformação sobre uma empresa de máquinas de votação. A Fox resolveu o caso fora do tribunal por US\$ 787 milhões. Por maior que tenha sido a sentença, ela tratou apenas de uma pequena parte da desinformação que circula sobre a eleição de 2020 nos Estados Unidos, que, por sua vez, é só uma parte da desinformação sobre todos os tipos de tópicos.

A União Europeia tem um histórico de regulamentação das plataformas de mídia social mais frequentemente usadas para desinformação. Acredito que teremos que contar com sua liderança nessa frente.

### **No cenário atual, com o surgimento de vários atores e grupos sociais, quem mantém a legitimidade para delinear os papéis sociais do jornalismo?**

Os jornalistas nunca tiveram total autonomia para delinear seus papéis sociais. A teoria institucional sustenta que todas as instituições — inclusive o jornalismo — precisam negociar sua legitimidade no contexto de normas sociais amplas e no diálogo com outros atores sociais (Hall; Taylor, 1996; Parsons, 2007; Vos, 2019a). Se um sistema social preza o coletivismo, por exemplo, os atores jornalísticos e outros atores institucionais provavelmente precisarão se posicionar como agentes do bem coletivo para serem vistos como legítimos (Christians *et al.*, 2009). Com o aumento da desinformação e da desinformação na era digital e as subsequentes ameaças à autogovernança democrática, os jornalistas têm situado sua própria legitimidade ao criar um papel normativo como verificadores de fatos (Graves, 2016). Para que não nos esqueçamos, a inclusão da verificação de fatos em artigos de notícias era relativamente controversa há uma década. Alguns até a viam como inconsistente com as funções tradicionais do jornalismo. Isso mudou quando as organizações de notícias se adaptaram rapidamente às novas dinâmicas sociais e políticas (Graves; Lauer, 2020).

Os papéis sociais têm a ver fundamentalmente com a legitimidade social. Portanto, os atores institucionais têm fortes incentivos para estar em sintonia com a evolução dos valores sociais e se situar de acordo com eles. Por exemplo, como Stephanie Craft e eu mostramos (2017), à medida que a transparência surgiu como um valor social em muitas democracias ocidentais, os jornalistas desenvolveram um discurso normativo sobre sua

própria transparência e suas contribuições para uma transparência social mais ampla. As normas jornalísticas dizem respeito ao que é adequado, correto e bom — conforme entendido pelos jornalistas, mas também conforme visto por outros atores sociais.

Acho que a dinâmica que estou descrevendo aqui ainda está muito em operação hoje, mas se tornou complicada por pelo menos dois fatores. Primeiro, a negociação social dos papéis jornalísticos e sua relativa legitimidade estão sendo dificultadas pela presença cada vez maior de agentes de má-fé. Líderes autoritários e populistas estão tentando ativamente minar os papéis jornalísticos tradicionais que se baseiam na autoridade dos jornalistas como juízes independentes da veracidade. Sem um negociador de boa-fé do papel social do jornalismo, não está claro como os jornalistas tentarão se adaptar. A evidência inicial é que os ataques verbais (e, às vezes, físicos) estão sendo enfrentados com uma forte defesa dos papéis tradicionais, mas também, ironicamente, por uma maior legitimidade dos papéis críticos e adversários (Hanitzsch *et al.*, 2019).

A segunda complicação aqui é a ampliação de quem pode ser considerado um ator jornalístico. Tenho usado o termo “atores jornalísticos” em minhas respostas aqui e você pode estar pensando que isso é excessivamente abstrato. Por que não dizer apenas “jornalista”? Bem, quem é jornalista (e o que é jornalismo) é claramente contestado na era digital. E várias pessoas que trabalham em organizações de notícias, como profissionais de marketing e consultores jurídicos, na verdade não se consideram jornalistas, mas às vezes falam em nome do jornalismo.

Wilson Lowrey, Ryan Thomas e eu (2023) estamos trabalhando em um projeto no qual tentamos identificar quem fala pelo jornalismo. Estamos estudando o chamado discurso metajornalístico, normalmente visto como o que os jornalistas dizem sobre o jornalismo. Porém, a verdade é que se trata de um amplo conjunto de atores jornalísticos que falam em nome do jornalismo. Às vezes, eles não são nem mesmo pessoas dentro de um veículo de notícias, mas têm um papel importante na construção da legitimidade das funções jornalísticas. Às vezes, é a equipe de uma publicação comercial ou de uma associação comercial jornalística, ou são os educadores de jornalismo, ou são os “empreendedores ideacionais”, ou seja, líderes de pensamento que defendem mudanças no jornalismo e têm um número considerável de seguidores e uma plataforma. Todos esses atores têm voz na negociação da essência das funções jornalísticas e da legitimidade dessas funções.

De fato, é isso que mantém o jornalismo como uma instituição dinâmica. Os papéis e as práticas mudam à medida que todos os tipos de atores jornalísticos dialogam entre si e com outros atores sociais.

## Referências

BADRAN, Y.; SMETS, K. Anatomy of a precarious newsroom: Precarity and agency in Syrian exiled journalism in Turkey. **Media, Culture & Society**, v. 43, n. 8, p. 1377-1394, 2021.

BECKER, K. J.; SHONTZ, L. Trauma-informed journalism. In: DOUGLASS, L.; THRELKELD, A.; MERRIWEATHER, L. R. (orgs.). **Trauma in adult and higher education: Conversations and critical reflections**. Charlotte, NC: Information Age Publishing, Inc., 2022. p. 205-220.

BOURDIEU, P. **On television**. New York: New Press, 1998.

BOURDIEU, P. The political field, the social science field, and the journalistic field. In: BENSON, R.; NEVEU, E. (orgs.). **Bourdieu and the journalistic field**. Malden, MA: Polity, 2005. p. 29-47.

CARLSON, M.; ROBINSON, S.; LEWIS, S. C. Digital press criticism: The symbolic dimensions of Donald Trump's assault on U.S. journalists as the "enemy of the people". **Digital Journalism**, v. 9, n. 6, p. 737-754, 2021a. doi: 10.1080/21670811.2020.1836981.

CARLSON, M.; ROBINSON, S.; LEWIS, S. C. **News after Trump: Journalism's crisis of relevance in a changed media culture**. New York: Oxford University Press, 2021b.

CHRISTIANS, C. G. *et al.* **Normative theories of the media: Journalism in democratic societies**. Urbana: University of Illinois Press, 2009.

CRAFT, S.; VOS, T. P. Have you heard? **Journalism Practice**, v. 12, n. 8, p. 966-975, 2018. doi: 10.1080/17512786.2018.1513339.

FARKAS, J.; SCHOU, J. **Post-truth, fake news and democracy: Mapping the politics of falsehood**. 2. ed. New York, NY: Routledge, 2024.

FINNEMAN, T.; THOMAS, R. J.; JENKINS, J. "I always watched eyewitness news just to see your beautiful smile": Ethical implications of U.S. women TV anchors' personal branding on social media. **Journal of Media Ethics**, v. 34, n. 3, p. 146-159, 2019. doi: 10.1080/23736992.2019.1638260.

FRÈRE, M.-S. 'I wish I could be the journalist I was, but I currently cannot': Experiencing the impossibility of journalism in Burundi. **Media, War & Conflict**, v. 10, n. 1, p. 3-24, 2017. doi: 10.1177/1750635217698334.

GONZÁLEZ DE BUSTAMANTE, C.; RELLY, J. E. **Surviving Mexico: Resistance and resilience among journalists in the twenty-first century**. 1. ed. Austin: University of Texas Press, 2021.

GRAVES, L. **Deciding what's true: The rise of political fact-checking in American journalism**. New York: Columbia University Press, 2016.

GRAVES, L.; LAUER, L. From movement to institution: The “Global Fact” Summit as a field-configuring event. **Sociologica**, v. 14, n. 2, p. 157-174, 2020. doi: 10.6092/issn.1971-8853/11154.

GULYAS, A.; JENKINS, J.; BERGSTRÖM, A. Places and Spaces Without News: The Contested Phenomenon of News Deserts. **Media and Communication**, v. 11, n. 3, p. 5, 2023. doi: 10.17645/mac.v11i3.7612.

GUTSCHE Jr, R. E. **The Trump presidency, journalism, and democracy**. New York; London: Routledge, 2018.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. Political science and the three new institutionalisms. **Political Studies**, v. 44, n. 5, p. 936-957, 1996.

HANITZSCH, T.; VOS, T. P. Journalistic roles and the struggle over institutional identity: The discursive constitution of journalism. **Communication Theory**, v. 27, n. 2, p. 115-135, 2017. doi: 10.1111/comt.12112.

HANITZSCH, T.; VOS, T. P. Journalism beyond democracy: A new look into journalistic roles in political and everyday life. **Journalism**, v. 19, n. 2, p. 146-164, 2018. doi: 10.1177/1464884916673386.

HANITZSCH, T. et al. Role orientations: Journalists’ views on their place in society. In: HANITZSCH, T. et al. (orgs.). **Worlds of journalism: Journalistic cultures around the globe**. New York: Columbia University Press, 2019. p. 161-197.

KARALIOVA, T. Rationalizing the gap: How journalists in a nondemocratic regime make sense of their professional work. **International Journal of Communication**, v. 14, 2020. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/12151>. Acesso em: 14 jun. 2024.

KOLISKA, M.; CHADHA, K. Taking a stand: The discursive re-positioning of journalism. **Journalism Studies**, v. 24, n. 4, p. 442-459, 2023. doi:10.1080/1461670X.2023.2167107.

LAWRENCE, R. G.; MOON, Y. E. “We Aren’t Fake News”: The information politics of the 2018 #FreePress editorial campaign. **Journalism Studies**, v. 22, n. 2, p. 155-173, 2021. doi:10.1080/1461670X.2020.1831399.

MARTEL, C.; RAND, D. G. Misinformation warning labels are widely effective: A review of warning effects and their moderating features. **Current Opinion in Psychology**, v. 54, p. 101710, 2023. doi:<https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2023.101710>.

McNAIR, B. **Cultural chaos: Journalism, news and power in a globalised world**. London; New York: Routledge, 2006.

MOON, Y. E.; LAWRENCE, R. G. Disseminator, watchdog and neighbor? Positioning local journalism in the 2018 #FreePress editorials campaign. **Journalism Practice**, p. 1139-1157, 2023. doi:10.1080/17512786.2021.1981150.

NEFF, T.; PICKARD, V. Building better local media systems: A comparative policy discourse analysis of initiatives to renew journalism around the world. **Journalism Studies**, v. 24, n. 15, p. 1877-1897, 2023. doi:10.1080/1461670X.2023.2253928.

NELSON, J. L. The next media regime: The pursuit of ‘audience engagement’ in journalism. **Journalism**, v. 22, n. 9, p. 2350-2367, 2019. doi:10.1177/1464884919862375.

OELDORF-HIRSCH, A.; SCHMIERBACH, M.; APPELMAN, A.; BOYLE, M. P. The ineffectiveness of fact-checking labels on news memes and articles. **Mass Communication and Society**, v. 23, n. 5, p. 682-704, 2020. doi:10.1080/15205436.2020.1733613.

ÖRNEBRING, H.; KARLSSON, M. **Journalistic autonomy**: The genealogy of a concept. Columbia: University of Missouri Press, 2022.

PARKS, P. Covering Trump's 'carnival': A rhetorical alternative to 'objective' reporting. **Journalism Practice**, v. 13, n. 10, p. 1164-1184, 2019. doi:10.1080/17512786.2019.1577696.

PARSONS, C. **How to map arguments in political science**. New York: Oxford Press, 2007.

PICKARD, V. **Democracy without journalism? Confronting the misinformation society**. New York: Oxford University Press, 2020.

PICKARD, V. **America's battle for media democracy**: The triumph of corporate libertarianism and the future of media reform. New York: Cambridge University Press, 2015.

PORLEZZA, C.; ARAFAT, R. Promoting newsafety from the exile: The emergence of new journalistic roles in diaspora journalists' networks. **Journalism Practice**, v. 16, n. 9, p. 1867-1889, 2022. doi:10.1080/17512786.2021.1925947.

RAEMY, P.; VOS, T. P. A negotiative theory of journalistic roles. **Communication Theory**, v. 31, n. 1, p. 107-126, 2021. doi:10.1093/ct/qtaa030.

ŞAHIN, S. Journalism in conflict-affected societies: Professional roles and influences in Cyprus. **Media, War & Conflict**, v. 15, n. 4, p. 553-569, 2022. doi:10.1177/1750635220987746.

SHOEMAKER, P. J.; COHEN, A. A. **News around the world: Content, practitioners, and the public**. New York: Routledge, 2006.

SHOEMAKER, P. J.; VOS, T. P. **Gatekeeping theory**. New York: Routledge, 2009.

TANDOC, E. C.; HELLMUELLER, L.; VOS, T. P. Mind the gap: Between journalistic role conception and role enactment. **Journalism Practice**, v. 7, n. 5, p. 539-554, 2013. doi:10.1080/17512786.2012.726503.

TANDOC JR., E. C.; VOS, T. P. The journalist is marketing the news. **Journalism Practice**, v. 10, n. 8, p. 950-966, 2016. doi:10.1080/17512786.2015.1087811.

THOMAS, R. J. Helpfulness as journalism's normative anchor. **Journalism Studies**, v. 20, n. 3, p. 364-380, 2019. doi:10.1080/1461670X.2017.1377103.

VAN DALEN, A. Journalism, trust, and credibility. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Eds.). **The handbook of journalism studies**. 2. ed. New York, NY: Routledge, 2019. p. 356-371.

VOS, T. P. 'Homo Journalisticus': Journalism education's role in articulating the objectivity norm. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 13, n. 4, p. 435-449, 2012. doi:10.1177/1464884911431374.

VOS, T. P. Historical perspectives on journalistic roles. In: MELLADO, C.; HELLMUELLER, L.; DONSBACH, W. (orgs.). **Journalistic role performance**: Concepts, models, and measures. New York: Routledge, 2016. p. 41-59.

VOS, T. P. Journalism as institution. In: ORNEBRING, H. (org.). **Oxford Research Encyclopedia of Communication**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2019a.

VOS, T. P. Journalists as gatekeepers. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Eds.). **The handbook of journalism studies**. 2. ed. New York, NY: Routledge, 2019b. p. 90-104.

VOS, T. P.; CRAFT, S. The discursive construction of journalistic transparency. **Journalism Studies**, v. 18, n. 12, p. 1505-1522, 2017. doi:10.1080/1461670X.2015.1135754.

VOS, T. P.; EICHHOLZ, M.; KARALIOVA, T. Audiences and Journalistic Capital. **Journalism Studies**, v. 20, n. 7, p. 1009-1027, 2019. doi:10.1080/1461670X.2018.1477551.

VOS, T. P.; FINNEMAN, T. The early historical construction of journalism's gatekeeping role. **Journalism: Theory, Practice & Criticism**, v. 18, n. 3, p. 265-280, 2017. doi:10.1177/1464884916636126.

VOS, T. P.; HANUSCH, F. Conceptualizing embeddedness as a key dimension for analyzing journalistic cultures. **Communication Theory**, 2024. doi:10.1093/ct/qtad018.

VOS, T. P.; LOWREY, W.; THOMAS, R. J. A grounded theory of journalism's institutional actors. Paper presented at the International Communication Association Conference, Toronto, 2023.

VOS, T. P.; RUSSELL, F. M. Theorizing journalism's institutional relationships: An elaboration of Gatekeeping Theory. **Journalism Studies**, v. 20, n. 16, p. 2331-2348, 2019. doi:10.1080/1461670X.2019.1593882.

VOS, T. P.; THOMAS, R. J. The discursive construction of journalistic authority in a post-truth age. **Journalism Studies**, v. 19, n. 13, p. 2001-2010, 2018. doi:10.1080/1461670X.2018.1492879.

VOS, T. P.; THOMAS, R. J.; TANDOC Jr, E. C. Constructing the legitimacy of journalists' marketing role. **Journalism Studies**, v. 24, n. 6, p. 763-782, 2023. doi:10.1080/1461670X.2023.2187650.

WENZEL, A. Red state, purple town: Polarized communities and local journalism in rural and small-town Kentucky. **Journalism**, v. 21, n. 4, p. 557-573, 2020. doi:10.1177/1464884918783949.

WINFIELD, B. H. (org.). **Journalism, 1908: Birth of a profession**. Columbia: University of Missouri Press, 2008.

**Submissão:** 29 de mai. 2024.

**Aceite:** 14 de jun. 2024.

**Tradução:** Hermilo Pinheiro Santana